

Ordem Econômica será votada sem acordo

Brasília — Gilberto Alves

BRASÍLIA — O *Centrão* rompeu a negociação do título da Ordem Econômica e hoje tentará levar 280 votos ao plenário para aprovar o texto do grupo. Em reunião no gabinete do líder do PFL na Câmara, deputado José Lourenço, foi rejeitada a definição de empresa nacional elaborada de manhã na casa do senador Severo Gomes (PMDB-SP).

"Não podemos aceitar um acordo que altera os pontos substantivos de nossa proposta", afirmou o deputado Ricardo Fiuza (PFL-PE). As lideranças do *Centrão* calculam que se for atingido o quórum de 530 constituintes, haverá número suficiente para garantir a vitória no confronto com as esquerdas. Até ontem, haviam sido contatados 312 parlamentares.

Dos cinco pontos polêmicos contidos na Ordem Econômica — definição de empresa nacional, nacionalização dos recursos minerais, contrato de risco, participação do capital estrangeiro e reforma agrária —, apenas na questão mineral há impasse. "Mineração é um nó que não desata", disse o deputado Nelson Jobim, vice-líder do PMDB na Constituinte, que não identifica qualquer possibilidade de entendimento com o *Centrão*.

Para a questão da empresa nacional, primeiro destaque a ser votado após a apreciação do substitutivo do *Centrão*, tentou-se estabelecer uma proposta de acordo ontem de manhã, na casa do senador Severo Gomes (PMDB-SP). Parlamentares e assessores dos dois grupos chegaram a uma fórmula que concilia a definição genérica sugerida pelo *Centrão* — empresa nacional é toda aquela constituída sob leis brasileiras — com a proposta dos nacionalistas — empresa nacional é a que tem controle efetivo, em caráter permanente, em poder de pessoas físicas domiciliadas no país.

O *Centrão* recusou, entretanto, um parágrafo introduzido no texto que tornava mais rigorosa a qualificação de empresa nacional nos setores considerados estratégicos para o desenvolvimento tecnológico do país.

Informática — "O Severo quer enfiar a lei da informática na Constituição e isto nós não aceitamos", afirmou o deputado Luiz Eduardo Magalhães (PFL-BA). Junto com o deputado e ministro do Planejamento e da Fazenda dos governos militares, Delfim Netto (PDS-SP), e o senador Jarbas Passarinho (PDS-PA), ele comandou a reação negativa à proposta negociada por dois colegas, deputados José Geraldo Ribeiro (PMDB-MG) e Luiz Roberto Ponte (PMDB-RS). O parágrafo defendido pelos nacionalistas propõe que nos setores estratégicos a lei poderá exigir que o controle efetivo para definição de empresa nacional se estenda às atividades tecnológicas.

O deputado Luiz Roberto Ponte acredita que o entendimento, iniciado na quinta-feira passada, será retomado quando os dois lados constatarem que nenhum tem 280 votos para impor suas posições ao outro. O substitutivo.

Pelo menos dez jatinhos executivos, provenientes dos mais diversos pontos do país, com parlamentares do *Centrão* a bordo, são esperados hoje em Brasília. O transporte desses parlamentares, defensores de teses privatizantes, foi negociado na última quinta-feira, em reunião entre os principais líderes do *Centrão* e das entidades representativas das empresas, como a Confederação Nacional da Indústria, Confederação Nacional do Comércio, Federação Nacional dos Bancos, União Democrática Ruralista (UDR) e Câmara do Comércio Brasil/Estados Unidos, entre outras.

Reunido por Lourenço, *Centrão* optou pelo confronto

Delfim veta texto de Severo

O acordo entre o *Centrão* e os nacionalistas começou a ruir no início da tarde, durante reunião que o deputado José Lourenço, líder do PFL na Câmara, promoveu no plenário com 30 parlamentares. De volta de audiência com o presidente José Sarney no Palácio do Planalto, Lourenço abriu de forma objetiva o encontro: "Eu quero saber se isto aqui (mostrando o texto do acordo) inviabiliza a vinda de capital estrangeiro para o país". "É um texto ruim, exige lei complementar e atrapalha", fulminou o deputado Delfim Neto (PDS-SP).

"Não podemos ficar à mercê da esclerosis do Severo Gomes", continuou Delfim. "No dia que isto aqui for traduzido para o inglês o mundo vai morrer de rir". O ministro do Planejamento do governo João Figueiredo disse que o acordo igualaria o Brasil a Guiné Bissau.

Ministros garantem votos

Para convencer o deputado José Thomaz Nonô (PFL-AL) deve entrar em campo o ministro das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães. Ao ministro também cabe a garantia do voto do deputado Albérico Cordeiro, também do PFL alagoano. Já o ministro João Alves (Interior) deve conversar com seu contrarâneo e colega de PFL o constituinte José Queiroz. Os mineiros Mário Assad e Humberto Souto estão a cargo do ministro das Minas e Energia, Aureliano Chaves, a quem também cabe convencer a deputada Raquel Cândido (PFL-RO), defensora de interesses das mineradoras.

A divisão de constituintes por ministro de Estado começou a ser feita no gabinete da liderança do PFL assim que foi resolvido que não haverá qualquer acordo para a votação da Ordem Econômica. O vice-líder do partido, Inocêncio de Oliveira, inaugurou a relação dos constituintes que não se alinham automaticamente com o governo, a não ser que um ministro de Estado os convença do contrário. O primeiro-ministro da lista do PFL foi Hugo Napoleão (Educação), que foi convocado a convencer o constituinte Jesualdo Cavalcante (PFL-PI).

— Este só vota conosco se o Hugo entrar em ação. Ele depende do Hugo para tudo — alegou Inocêncio. O líder do PFL, José Lourenço, entrou depressa em ação. Falava ao telefone com a deputada Raquel Cândido: "Meu amor, vou assinar sem ler seu pedido de fusão de

O deputado Paes Landim (PFL-PI) acrescentou que a proposta daria proteção constitucional à SEI (Secretaria Especial de Informática).

Em defesa do capital estrangeiro, o grupo rejeitou por unanimidade o acordo. O líder do governo na Câmara, deputado Carlos Sant'Anna garantiu 120 votos do PMDB e Lourenço prometeu outros 120 votos, que somados aos do PDS (30) e do PTB (20) dariam maioria para impor o texto do *Centrão*. Eles contam também com votos do PL e PDC.

"Não tem acordo algum e é muito melhor que seja assim", afirmou o deputado José Lourenço, acrescentando que o presidente José Sarney quer manter a possibilidade de vinda de capital estrangeiro "porque está interessado em resolver as questões econômicas".

emendas, mas quero seu voto amanhã (hoje), porque eles estão querendo inviabilizar o país. Na Rússia, vai ficar muito melhor para investimentos do que no Brasil se a gente ceder no texto deles. Conto com você."

"Espingarda" — Além de Raquel, Lourenço passou a acionar todos os coordenadores de bancada do partido. O trabalho da liderança do PFL em favor do governo tem sido infalível. Na votação do sistema de governo e do mandato, o partido obteve 88% de fidelidade ao presidente Sarney. O êxito depende quase que completamente do líder José Lourenço. Na última quinta-feira, por exemplo, ao perceber que o deputado Rubem Medina (PFL-RJ), que sempre o apoiou, estava descontente, Lourenço telefonou imediatamente do gabinete do ministro Costa Couto pedindo que fosse atendida a principal reivindicação de Medina: o apoio do governo ao plebiscito de emancipação da Barra da Tijuca, no Rio.

Amigo e aliado de Sarney, embora exigindo medidas de combate aos índices mensais de inflação, que chegam a 21%, Lourenço tem acesso ilimitado no governo. Dita regras. No final de semana, convenceu Sarney a receber o deputado Dionísio Hage (PFL-PA) no Palácio da Alvorada. "Ficar com cargos e votar contra Sarney é absurdo. Não aceito mesmo e acho que a gente deve usar a autoridade para vencer a guerra do plenário", ensina.

Conselho de Segurança influi na negociação

Os oficiais do Conselho de Segurança Nacional, que estão acompanhando os debates sobre a definição de empresa nacional na Constituinte, receberam ontem, através do relator-adjunto, deputado Adolfo Oliveira (PL-RJ), a proposta de entendimento sobre a questão que estava sendo negociada entre o *Centrão*, a liderança do PMDB e a Frente Parlamentar Nacionalista. "Vou enviar a proposta", disse Adolfo, "ao senador Severo Gomes, à Frente Parlamentar Nacionalista e aos nossos amigos nacionalistas". Com isso, o deputado referia-se aos oficiais do Conselho de Segurança: às 17h45, segundo ele, a proposta já fora encaminhada.

O acordo estabelece que empresa brasileira de capital nacional é aquela cujo controle efetivo prevê que essas empresas possam gozar, temporariamente, de proteção e benefícios especiais para desenvolver atividades consideradas estratégicas. No entanto, nos setores estratégicos da economia, a lei poderá exigir que o controle se estenda às atividades tecnológicas e ao poder de decisão dentro dessas empresas por brasileiros.

Desmentido — Essa proposta, segundo Adolfo, se aproximava das posições defendida pelos militares do Conselho de Segurança que, embora criticando o projeto do *Centrão*, também alegavam que o texto da Comissão de Sistematização ainda era brando em relação ao capital estrangeiro. Segundo o deputado Luís Alfredo Salomão (PDT-RJ), um dos interlocutores desses oficiais, a preocupação era a manutenção do controle do poder de decisão tecnológico por parte das empresas nacionais.

O chefe do Gabinete Militar e secretário-geral do Conselho de Segurança Nacional, general Bayma Denis, divulgou uma declaração por meio do seu chefe de gabinete, coronel Hermes: "A Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional não se pronuncia sobre questões da ordem econômica em debate na Constituição. Não é precedente a notícia sobre a presença de representantes da Secretaria na Constituinte."

Contudo, o comandante Wollstein, do Conselho de Segurança Nacional, se reuniu, na tarde de quinta-feira, com aproximadamente vinte constituintes no gabinete da liderança do PL.

Dois assuntos dominaram o que foi chamado de "conversa informal". O comandante, segundo Virgildásio, disse que o Conselho de Segurança Nacional ainda estudava as duas propostas do *Centrão* e da Comissão de Sistematização. De acordo com Virgildásio, o Conselho ainda não teria tomado posição oficial, e, quando isso ocorresse, a proposta seria encaminhada ao ministro Bayma Denis.

Egídio Ferreira Lima disse que o oficial acentuava que o texto da Sistematização dava ainda espaços para penetração do capital estrangeiro. Segundo o comandante, o capital estrangeiro, mesmo minoritário numa empresa nacional, poderia assumir o controle da empresa mediante contratos de transferência ou venda de tecnologia.

PMDB-RJ — O ex-deputado José Augusto Guimarães, 40 anos, espécie de *coringa* do governador Moreira Franco, será o novo secretário-geral do PMDB do Estado do Rio, cargo mais importante do que o de presidente, por facilitar o livre trânsito do seu ocupante junto às bases do partido, sobretudo as do interior. A decisão foi tomada pelo Conselho Político do Palácio Guanabara, no fim de semana.

PMDB-SP — Apurados, até o começo da noite de ontem, 400 dos 2 mil e 200 votos da prévia realizada domingo pelo PMDB de São Paulo, para a escolha do novo diretório estadual (70 integrantes) e dos 58 delegados à convenção nacional, confirmou-se o absoluto domínio do governador Orestes Quércia. Os escolhidos participarão das convenções das quais sairão os candidatos pemedebistas a prefeito de São Paulo, a presidente da República em 88 ou 89, e a governador em 90.

Jânio — O Diário Oficial de hoje do município de São Paulo publica o bilhete que o prefeito Jânio Quadros encaminhou à sua assessoria, recusando o par de chuteiras que o deputado estadual Fernando Silveira, presidente em exercício do PTB paulista, resolveu lhe oferecer, para que ele dispute a presidência da República. Apesar da recusa, o prefeito forneceu o número de seu pé. O bilhete é o seguinte: "1 — Dizer a S. Excia, o deputado Fernando Silveira, meu amigo e companheiro, que leve o par de chuteiras e o experimente nos pés dos pretendentes que abundam; 2 — digam-lhe, ainda, que os meus, já cansados, parecem ter o número 44, bico largo."

Tutu — O secretário geral do Partido Social Cristão (PSC), Alberto Rollo, que denunciou cidadania americana da deputada Dirce Tutu Quadros (PTB-SP), vai processar o deputado Ulysses Guimarães através de ação popular, pois a seu ver ele praticou atos lesivos ao patrimônio do Estado, ao pagar a remuneração mensal à parlamentar.